



CIAS - Consórcio Intermunicipal
para Ações Sustentáveis

Regimento Interno

CIAS

Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis



CIAS - Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis

(Cajamar, Campo Limpo Paulista, Jundiaí, Louveira, Várzea Paulista e Vinhedo)
CNPJ: 54.689.302/00001-48

REGIMENTO INTERNO

ÍNDICE

CAPÍTULO I	DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
CAPÍTULO II	CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO, NATUREZA JURÍDICA/ SEDE/DURAÇÃO
CAPÍTULO III	DO OBJETO DO ESTATUTO
CAPÍTULO IV	DA CONDIÇÃO DE CONSORCIADO
CAPÍTULO V	DA RETIRADA E DA EXCLUSÃO
CAPÍTULO VI	DA ADMISSÃO
CAPÍTULO VII	DA ORGANIZAÇÃO E DA GESTÃO ADMINISTRATIVA
CAPÍTULO VIII	DA ASSEMBLEIA GERAL
CAPÍTULO IX	DO CONSELHO CONSULTIVO
CAPÍTULO X	DA SECRETARIA EXECUTIVA
CAPÍTULO XI	DO CONSELHO FISCAL
CAPÍTULO XII	DA CONTROLADORIA GERAL
CAPÍTULO XIII	DAS DEMAIS COMPETÊNCIAS
CAPÍTULO XIV	DOS RECURSOS HUMANOS
CAPÍTULO XV	DO PLANEJAMENTO/DOS PROCEDIMENTOS
CAPÍTULO XVI	DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA/PATRIMONIAL
CAPÍTULO XVII	DA GESTÃO PATRIMONIAL
CAPÍTULO XVIII	DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO PÚBLICO
CAPÍTULO XIX	DA EXTINÇÃO DO CIAS
CAPÍTULO XX	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
CAPÍTULO XXI	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
CAPÍTULO XXII	DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS



CIAS - Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis

(Cajamar, Campo Limpo Paulista, Jundiaí, Louveira, Várzea Paulista e Vinhedo)
CNPJ: 54.689.302/00001-48

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Este Regimento Interno estabelece e regulamenta as atividades, competências e atribuições dos órgãos e a organização administrativa do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA AÇÕES SUSTENTÁVEIS-CIAS;

I. A Secretaria Executiva do CIAS velará pela constante aplicação, aprimoramento e atualização deste REGIMENTO INTERNO, com base no Contrato de Consórcio e do Estatuto, por meio de reunião específica de trabalho de estudos, da qual lavrar-se Ata respectiva.

II. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA AÇÕES SUSTENTÁVEIS - CIAS, associação pública de direito público e natureza autárquica, nos termos do Contrato do Consórcio Público e do respectivo Estatuto, integra a administração indireta dos municípios abaixo arrolados:

- I. CAJAMAR,.....CNPJ sob nº 46.523.023/0001-81;
- II. CAMPO LIMPO PAULISTA, CNPJ sob nº 45.780.095/0001-41;
- III. LOUVEIRA,..... CNPJ sob nº 46.363.933/0001-44;
- IV. JUNDIAÍ..... CNPJ sob nº 45.780.103/0001-50;
- V. VÁRZEA PAULISTA..... CNPJ sob nº 45.780.087/0001-03;
- VI. VINHEDO..... CNPJ sob nº 46.446.696/0001-85.

CAPÍTULO II – DA NATUREZA JURÍDICA, DA CONSTITUIÇÃO/ DA SEDE

Art. 2º - Ficam preservadas as situações jurídicas consolidadas, da constituição, sob a atuação do outrora Consórcio Intermunicipal para Aterro Sanitário - CIAS – CNPJ nº 54.689.302/0001-48, de forma que o Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis - CIAS, o sucederá de pleno direito, na forma do Protocolo de Intenções, das Leis que o ratificaram, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto.

§ 1º O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA AÇÕES SUSTENTÁVEIS - CIAS, terá sede no Município de Jundiaí/SP, na Avenida da Liberdade, s/n, 6º. Andar, Bloco Sul, Paço Municipal de Jundiaí CEP 13214-900 – JUNDIAÍ/SP, podendo haver o desenvolvimento de atividades em escritórios ou unidades localizadas em outros Municípios.

§ 2º A alteração da sede do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA AÇÕES SUSTENTÁVEIS – CIAS poderá ocorrer mediante decisão da Assembleia Geral, devidamente fundamentada, com voto da maioria absoluta dos Municípios Consorciados.

§ 3º O CIAS passará automaticamente a integrar a administração indireta de todo e qualquer Município que venha, no futuro, a ser admitido ao presente Consórcio, na forma prevista no Contrato de Consórcio e no Estatuto.

CAPÍTULO III - DO ESTATUTO DO CIAS

Art. 3º O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA AÇÕES SUSTENTÁVEIS - CIAS, doravante referido simplesmente como CIAS, é o documento que apresenta um conjunto de normas estabelecidas para regulamentar a organização e o funcionamento do órgão, estabelecido originalmente no Contrato de Consórcio Público, detalhando os diversos níveis hierárquicos, as respectivas competências das unidades existentes e os seus relacionamentos internos e externos. Define, também, as competências dos titulares de Cargos de provimentos em Comissão de confiança e Concursados.



CIAS - Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis

(Cajamar, Campo Limpo Paulista, Jundiá, Louveira, Várzea Paulista e Vinhedo)
CNPJ: 54.689.302/0001-48

Parágrafo único: o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA AÇÕES SUSTENTÁVEIS – CIAS terá sua vigência inicial no Exercício Fiscal, em 1º de janeiro de 2024.

SEÇÃO I - Das Finalidades Gerais

Art. 4º - São finalidades gerais do CIAS:

- I Representar o conjunto dos entes que o integram, em matéria de interesses comuns, perante quaisquer outras entidades de direito público e privado, nacionais e internacionais, mediante decisão da Assembleia Geral;
- II Implementar iniciativas de cooperação entre o conjunto dos entes para atender às suas demandas e prioridades, no plano de desenvolvimento urbano integrado, para promoção do desenvolvimento da Região e, em especial, para adequada gestão de resíduos sólidos, na forma prevista pela Lei Federal nº 12.305 de 02.08.2010.
- III Planejar, adotar e executar, sempre que cabível, em cooperação técnica e financeira com os Governos da União e do Estado, projetos, obras e outras ações destinadas a promover, melhorar e controlar, prioritariamente, as ações relativas às suas finalidades específicas;
- IV Fortalecer e institucionalizar as relações entre o poder público e as organizações da sociedade civil, articulando parcerias, convênios, contratos e outros instrumentos congêneros ou similares, facilitando o financiamento e gestão associada ou compartilhada dos serviços públicos;
- V Estabelecer comunicação permanente e eficiente com secretarias estaduais e ministérios;
- VI Promover a gestão de recursos financeiros oriundos de convênios e projetos de cooperação bilateral e multilateral;
- VII Manter atividades permanentes de captação de recursos para financiamento de projetos prioritários estabelecidos pelo planejamento;
- VIII Exercer competências pertencentes aos entes consorciados, nos termos das autorizações e delegações conferidas pela Assembleia Geral.

SEÇÃO II – Das Finalidades Específicas

Art. 5º São finalidades específicas do CIAS, ficando o mesmo autorizado a atuar, através de ações regionais, como gestor, articulador, planejador ou executor, nas seguintes áreas:

- I. Desenvolvimento Urbano e Gestão Ambiental (observando o disposto na Lei Federal nº 12.305 de 02.08.2010, política nacional de resíduos sólidos) e legislação correlata:
 - a) atuar pela implantação e execução de um sistema integrado de gestão e destinação final de resíduos sólidos urbanos e industriais, dos grandes geradores e dos acordos setoriais;
 - b) desenvolver modelagem de cobrança e viabilizar relação com agente regulador;
 - c) desenvolver atividades de educação ambiental;
 - d) criar instrumentos econômicos e mecanismos de compensação para a gestão ambiental;
 - e) estabelecer programas integrados de coleta seletiva, reutilização e reciclagem, inclusive de resíduos da construção civil;



CIAS - Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis

(Cajamar, Campo Limpo Paulista, Jundiaí, Louveira, Várzea Paulista e Vinhedo)
CNPJ: 54.689.302/00001-48

- f) avaliar os passivos ambientais derivados dos variados resíduos sólidos urbanos e sugerir e ou promover soluções;
- g) avaliar as TAC'S relacionadas aos resíduos sólidos urbanos e sugerir e ou promover soluções;
- h) manutenção e monitoramento do passivo ambiental gerado pelo Aterro Sanitário sob sua administração, inclusive após o término das atividades operacionais, até que a CETESB, órgão detentor de poder de polícia administrativa, delegado pelo governo do Estado de São Paulo, nos termos da Lei Estadual nº 997, de 31 de maio de 1976, e de seu Regulamento, aprovado pelo Decreto Estadual nº 8.648, de 08 de setembro de 1976, comprove a estabilização da área.

II. Outros Serviços:

- a) planejar/desenvolver, sob demanda definida em Assembleia Geral, outros serviços necessários aos entes consorciados.
- b) O CIAS poderá vir a celebrar Contrato de Gestão, nos termos da Lei Federal nº 9.637 de 1998, ou Termo de Parceria, na forma da Lei Federal nº 9.790 de 1999, desde que:

§ 1º Haja autorização prévia, por parte do Conselho Consultivo e ratificada pela Assembleia Geral;

§ 2º Seja para atuar especificamente nas áreas descritas nos incisos I e II deste artigo;

§ 3º Comprove-se que a celebração de tais contratos não virá a comprometer a eficiência dos serviços prestados pelo CIAS aos municípios consorciados.

- c) O CIAS poderá utilizar-se de todas as prerrogativas contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei nº 14.133/2021, no que tange às contratações e limites de valores para contratações/aquisições, sem embargo de outras normas que possam também vir a favorecer ao Consórcio.

CAPÍTULO IV - DA CONDIÇÃO DE CONSORCIADO

Art. 6º Entre os Consorciados, os direitos e obrigações recíprocos serão aqueles regulados pela Lei Federal nº 11.107/2005, Decreto Federal nº 6.017/2007 e pelo presente Instrumento.

Art. 7º Os Consorciados não são titulares de quota ou fração ideal do patrimônio do CIAS.

Parágrafo único – Fica assegurado a qualquer dos contratantes, quando adimplentes com suas obrigações, exigir o pleno cumprimento das cláusulas do Contrato de Consórcio Público.

CAPÍTULO V - DA RETIRADA E DA EXCLUSÃO

Seção I – Da retirada

Art. 8º Os Consorciados poderão se retirar do CIAS mediante comunicação formal a ser entregue ao Presidente do Conselho Consultivo o qual convocará a Assembleia Geral, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias, com a comunicação posterior ao seu Poder Legislativo.

§ 1º Os bens destinados pelo Consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, salvo em caso de extinção do CIAS.

§ 2º A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o Consorciado que se retira e o CIAS.

Art. 9º A comunicação de retirada a ser apresentada, nos moldes do art. 8º, deverá conter expressamente:



CIAS - Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis

(Cajamar, Campo Limpo Paulista, Jundiaí, Louveira, Várzea Paulista e Vinhedo)
CNPJ: 54.689.302/00001-48

- I Qualificação e a assinatura do Chefe do Executivo do ente consorciado que se retira, bem como os motivos que a ensejaram;
- II Declaração de estar ciente de que a retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o Consorciado que se retira e o CIAS.

Seção II - Da Exclusão

Subseção I - Das Hipóteses de Exclusão

Art. 10 A exclusão de ente consorciado só será admissível havendo justa causa e após decorrido o prazo de suspensão, estampado no Contrato de Consórcio Público, sem que haja ocorrido a reabilitação do ente consorciado.

Art. 11 Considera-se justa causa, para os fins de que trata o art. 9º deste Protocolo de Intenções, dentre outras aqui não previstas, as seguintes:

- I A não inclusão, pelo ente Consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas que devam ser assumidas por meio de contrato de rateio para o custeio do CIAS;
- II O atraso injustificado no cumprimento das obrigações financeiras com o CIAS;
- III A desobediência às cláusulas previstas:
 - a) no Contrato de Consórcio Público;
 - b) no Estatuto;
 - c) no Contrato de Rateio;
 - d) no Contrato de Programa;
 - e) nas Deliberações do Conselho Consultivo e/ou da Assembleia Geral;
 - f) na proposta de adimplência de que trata o § 3º do inciso IV deste artigo.

IV O atraso, ainda que justificado, no cumprimento das obrigações financeiras com o CIAS, superior a 120 (cento e vinte) dias consecutivos ou intercalados.

§ 1º A exclusão prevista no inciso I deste art. somente poderá ocorrer após prévia suspensão, período em que o Consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º A reabilitação se dará mediante comprovação ao Conselho Consultivo de dotação de crédito adicional suficiente para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

§ 3º A justificativa do atraso deverá ser formalizada e encaminhada ao Conselho Consultivo, com exposição de motivos relevantes e de interesse público que obstaram o cumprimento da obrigação, acompanhada de proposta de adimplência.

Art. 12 Poderá ser excluído do CIAS o ente que, sem autorização dos demais consorciados, subscrever protocolo de intenções para constituição de outro consórcio com finalidades, a juízo da maioria da Assembleia Geral, iguais, assemelhadas ou incompatíveis com as previstas pelo CIAS.

Subseção II - Do Procedimento de Exclusão



CIAS - Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis

(Cajamar, Campo Limpo Paulista, Jundiaí, Louveira, Várzea Paulista e Vinhedo)
CNPJ: 54.689.302/00001-48

Art. 13 Após o período de suspensão estampado no Contrato de Consórcio Público, sem que o ente consorciado tenha se reabilitado, será instaurado o procedimento de exclusão, mediante portaria do Presidente do Conselho Consultivo/CIAS, da qual deverá constar:

- I A descrição sucinta dos fatos, considerando os termos do art. 10;
- II As penas a que está sujeito o Consorciado; e
- III Os documentos e outros meios de prova.

Art. 14 O representante legal será notificado a oferecer defesa prévia em 15 (quinze) dias, sendo-lhe fornecida cópia da portaria de instauração do procedimento, bem como franqueado o acesso, por si ou seu advogado.

Art. 15 A notificação será realizada pessoalmente ao representante legal do consorciado ou a quem o represente.

Art. 16 O prazo para a defesa contar-se-á a partir do primeiro dia útil que se seguir à juntada, aos autos, da cópia da notificação devidamente assinada.

Art. 17 Mediante requerimento do interessado, devidamente motivado, poderá o Presidente do Conselho Consultivo prorrogar o prazo para defesa em até 15 (quinze) dias.

Art. 18 A apreciação da defesa e de eventual instrução caberá ao Presidente do Conselho Consultivo/CIAS, na condição de relator.

Parágrafo único. Relatados, os autos serão submetidos à Assembleia Geral, devidamente convocada, com a indicação de, ao menos, uma das imputações e as penas consideradas cabíveis.

Art. 19 O julgamento perante a Assembleia Geral seguirá os princípios da oralidade, informalidade e concentração, cuja decisão final deverá ser lavrada em ata, com voto da maioria absoluta dos membros Consorciados.

Parágrafo único. Será garantida, na sessão de julgamento, a presença de advogado do Consorciado, do contraditório até a tréplica, em períodos de quinze minutos, sendo, após, proferida a decisão.

Art. 20 Aos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto pela Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

CAPÍTULO VI – DA ADMISSÃO

Art. 21 O ente da Federação que pretenda integrar o CIAS, e cujo nome não tenha constado do Protocolo de Intenções, somente poderá fazê-lo mediante alteração no Contrato de Consórcio Público, aprovada pela Assembleia Geral e ratificada mediante lei, por cada um dos novos integrantes consorciados, sendo dispensada nova lei dos consorciados já integrantes.

Parágrafo único - Quando da aprovação do ingresso de ente da Federação no CIAS, o Conselho Consultivo terá definido para conhecimento da Assembleia Geral a forma de pagamento de integralização da quota patrimônio e prazo para apresentação das documentações necessárias para o seu ingresso.

CAPÍTULO VII - DA ORGANIZAÇÃO E DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Art. 22 Compõem a Estrutura Administrativa do CIAS:

Av. da Liberdade, s/n – Paço Municipal de Jundiaí – 6º Andar – Bloco Sul – Jundiaí/SP - CEP: 13214-900
Tel.: (11) 4589-8540 – CNPJ: 54.689.302/0001-48

e-mail: as_cias@terra.com.br



CIAS - Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis

(Cajamar, Campo Limpo Paulista, Jundiaí, Louveira, Várzea Paulista e Vinhedo)
CNPJ: 54.689.302/00001-48

- I Assembleia Geral;
- II Conselho Consultivo;
- III Conselho Fiscal;
- IV Secretaria Executiva;
- V Controladoria Geral.

CAPÍTULO VIII - DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 23 A Assembleia Geral, instância deliberativa máxima, constituída pelos Chefes do Poder Executivo de tantos quantos forem os entes Consorciados, reunir-se-á, ordinariamente, semestralmente, havendo a possibilidade de convocações extraordinárias, na forma do § 2º. desse artigo.

§ 1º Os respectivos suplentes dos Chefes do Poder Executivo dos Consorciados serão, obrigatoriamente, seus substitutos legais, nos termos das respectivas Leis Orgânicas.

§ 2º A Assembleia Geral poderá se reunir em caráter extraordinário mediante convocação pela Presidência do Conselho Consultivo ou por maioria absoluta de seus membros, em ambos os casos com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Seção I – Da Convocação

Art. 24 As Assembleias Ordinárias serão convocadas mediante edital publicado no sítio que o CIAS manterá na *internet*.

§ 1º A convocação mencionada no “caput” deste artigo deverá estar publicada pelo menos 15 (quinze) dias antes da realização da Assembleia Extraordinária, nos moldes do § 2º, do art. 23.

§ 2º A Assembleia Extraordinária será tida por regularmente convocada mediante a comprovação de que, 72 (setenta e duas) horas antes de sua realização foram notificados os representantes legais de, pelo menos, a metade mais um dos Consorciados, não desobrigando a necessidade da publicação do edital, nos moldes do §1º deste artigo.

Seção II – Do Quórum de Instalação

Art. 25 O *quórum* exigido para a realização da Assembleia Geral em primeira convocação é da maioria absoluta dos Consorciados.

§ 1º Caso a Assembleia Geral não se realize em primeira convocação, considera-se automaticamente convocada e, em segunda convocação, realizar-se-á 30 (trinta) minutos depois, no mesmo local, com qualquer número de Consorciados.

§ 2º Em havendo *quórum*, a presença dos entes Consorciados supre a notificação de que trata o art. 24.

Seção III - Das Deliberações da Assembleia Geral

Art. 26 As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples dos membros presentes, ressalvado quórum qualificado para deliberações que o Protocolo de Intenções e o Contrato de Consórcio fixarem.

§ 1º A decisão final nos processos de exclusão de ente consorciado se dará por voto público, aberto e nominal, da maioria absoluta dos membros Consorciados.

§ 2º A aprovação da cessão de servidores dos entes consorciados, com ônus para o CIAS, se dará mediante decisão unânime, presentes a maioria simples dos Consorciados.

Av. da Liberdade, s/n – Paço Municipal de Jundiaí – 6º Andar – Bloco Sul – Jundiaí/SP – CEP: 13214-900

Tel.: (11) 4589-8540 – CNPJ: 54.689.302/0001-48

e-mail: as_cias@terra.com.br



CIAS - Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis

(Cajamar, Campo Limpo Paulista, Jundiaí, Louveira, Várzea Paulista e Vinhedo)
CNPJ: 54.689.302/00001-48

§ 3º A aprovação da cessão de servidores, sem ônus para compor Grupo de Trabalho (GT) objetivando desenvolver atividades de apoio, quanto às finalidades previstas, se dará mediante os votos da maioria simples.

§ 4º As abstenções serão computadas como “votos em branco”.

§ 5º. O Presidente da Assembleia Geral, salvo nas eleições, destituições e nas decisões que exijam quórum qualificado, votará para desempatar.

Seção IV – Da Alteração do Estatuto

Art. 27 Para a alteração de dispositivos do Estatuto exigir-se-á a apresentação de proposta subscrita pela maioria simples dos Consorciados, encaminhado ao Gestor Executivo, a qual deverá ser submetida à Assembleia Geral para deliberação, após atendida o disposto no art. 28.

Art. 28 Antes da deliberação da Assembleia Geral, a proposta de alteração do Estatuto deverá ser submetida pela assessoria de Comissão Técnico Jurídicos dos entes consorciados para análise quanto à legalidade e juridicidade da mesma.

Art. 29 O quórum para deliberação de alteração deste Estatuto pela Assembleia Geral, será da maioria absoluta dos Consorciados.

Seção V – Das Competências

Art. 30 Compete à ASSEMBLEIA GERAL:

- I. Homologar o ingresso no CIAS de ente federativo que tenha ratificado o Protocolo de Intenções, após 2 (dois) anos de sua subscrição;
- II. Homologar o ingresso da União e do Estado de São Paulo no CIAS;
- III. Aplicar ao Consorciado as penas de suspensão e exclusão do CIAS;
- IV. Aprovar os estatutos do CIAS e as suas alterações;
- V. Eleger e dar posse e/ou destituir o Presidente e/ou do Vice-Presidente do Conselho Consultivo;
- VI. Eleger a SECRETARIA EXECUTIVA, órgão formada por Departamentos, sob responsabilidade de funcionários para apoio técnico e administrativo, com mandato de até quatro (4) anos, com vigência até o início do exercício fiscal das gestões de novos Chefes do Poder Executivo dos municípios Consorciados, permitida reconduções e/ou substituições, coletivas ou individualmente, para igual período sucessivo ou complementar a fim de integrarem a Secretaria Executiva, com cargos e condições seguintes:
 - a) 1 (um) Gestor Executivo;
 - b) 1 (um) Assessor Executivo;
 - c) 1 (um) Supervisor Administrativo;
 - d) 1 (um) Supervisor Operacional Técnico
 - e) 1 (um) Supervisor Financeiro;
 - f) 1 (um) Supervisor Jurídico; e,
 - g) 1 (um) Supervisor de Programas e Projetos;
 - h) 1 (um) Controlador Geral.
- VII. O Gestor Executivo será eleito por maioria de votos da Assembleia Geral dentre os profissionais indicados pelos membros do Conselho Consultivo, devendo, necessariamente, deter formação em Engenharia Sanitária.



CIAS - Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis

(Cajamar, Campo Limpo Paulista, Jundiaí, Louveira, Várzea Paulista e Vinhedo)
CNPJ: 54.689.302/00001-48

VIII. Os cargos de chefia dos Departamentos serão pré-selecionados e indicados pelo Gestor Executivo, para aprovação da Assembleia Geral.

IX. Eleger, até a primeira quinzena de abril, o Conselho Fiscal, representantes pré-indicados pelos respectivos Prefeitos e aprovados pelo Conselho Consultivo, dando posse a seu Presidente, Vice e Secretário e demais Membros, em escrutínio público, nominal aberto, para o mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução e/ou a substituição, coletivamente ou individualmente, para igual período sucessivo ou complementar.

X. Referendar:

- a) o orçamento plurianual de investimentos;
- b) o programa anual de trabalho;
- c) o orçamento anual do CIAS, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio;
- d) a realização de operações de crédito;
- e) a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas, taxas e outros preços públicos; e
- f) a alienação e a oneração de bens, materiais ou equipamentos permanentes do CIAS ou daqueles que, nos termos de contrato de programa, lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração.

XI. A cessão de servidores por Consorciado para compor Grupo de Trabalho ao CIAS, na forma prevista no artigo 25 deste Estatuto;

XII. Aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos prestados pelo CIAS;

XIII. Aprovar a celebração de contratos de programa;

XIV. Apreciar medidas sobre:

- a) a melhoria dos serviços prestados pelo CIAS;
- b) o aperfeiçoamento das relações do CIAS com órgãos públicos, entidades ou empresas privadas.

XV. Aprovar o ajuizamento de ação judicial

XVI. Deliberar sobre a necessidade de contratação e ampliação do quadro de pessoal, e preenchimento das vagas existentes;

XVII. Deliberar sobre alteração ou extinção do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO;

XVIII. Adotar as medidas pertinentes em caso de retirada de Consorciado;

XIX. Deliberar sobre a participação do CIAS em instituições e órgãos relacionados às suas finalidades institucionais.

Parágrafo único. A Assembleia Geral poderá delegar a aprovação de suplementação de créditos orçamentários ao Presidente do Conselho Consultivo/CIAS.

CAPÍTULO IX - DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 31 Além do previsto no Contrato de Consórcio Público e nos dispositivos deste Estatuto incumbe ao Presidente do Conselho Consultivo/CIAS:



CIAS - Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis

(Cajamar, Campo Limpo Paulista, Jundiaí, Louveira, Várzea Paulista e Vinhedo)
CNPJ: 54.689.302/00001-48

- I Convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral;
- II Zelar pelos interesses do CIAS, no âmbito de suas competências;
- III Prestar contas ao término do mandato;
- IV Providenciar o cumprimento das deliberações da Assembleia Geral;
- V Convocar reuniões com a Secretaria Executiva;
- VI Firmar acordos, contratos, convênios e outros ajustes;
- VII Exercer o poder disciplinar no âmbito do CIAS, julgando os procedimentos e aplicando as penas que considerar cabíveis;
- VIII Autorizar a instauração de procedimentos licitatórios, na modalidade concorrência, relativos a contratos cujo valor estimado seja deliberado pela Assembleia Geral; e
- IX Homologar, adjudicar e firmar contratos, os objetos de licitações, na modalidade concorrência.

Parágrafo único. Com exceção das competências estabelecidas nos incisos, I, III, VIII e IX, do “caput” deste artigo, o Presidente poderá delegar o exercício das demais ao Gestor Executivo.

Art. 32 Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente nas suas ausências, vacâncias e impedimentos.

Art. 33 O mandato do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho Consultivo é de 1 (um) ano, permitida a reeleição por 1 (uma) única vez, para o mandato subsequente.

Art. 34 O mandato do Presidente do Conselho cessará automaticamente no caso do eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do Município representado, hipótese em que será sucedido pelo Vice-Presidente do CIAS, na forma do artigo 34.

Art. 35 Assumem automaticamente e interinamente a Presidência e Vice-presidência do Conselho Consultivo no término dos mandatos dos Prefeitos, os Prefeitos eleitos dos municípios que vinham ocupando estes cargos, com vigência até que se ocorra regular eleição o referido Conselho.

Art. 36 O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Consultivo/CIAS e demais Membros, serão eleitos em Assembleia Geral especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros 30 (trinta) minutos, somente sendo válidas as dos candidatos Chefes de Poder Executivo de município Consorciado.

§ 1º É pré-requisito para o Prefeito(a) candidatar-se aos cargos de Presidente ou Vice-Presidente do Conselho Consultivo, que o município que ele(a) represente, não se encontre em procedimento para retirada, bem como em defesa sobre suspensão/exclusão.

§ 2º O Presidente e Vice-Presidente serão eleitos mediante voto público, aberto e nominal.

§ 3º Será considerado eleito o candidato que obtiver a maioria dos votos.

§ 4º Será considerado inválido o voto proferido na pessoa do votante.

Art. 37 A eleição do que trata esta Seção será realizada até a primeira quinzena de abril do ano subsequente ao término do mandato.



CIAS - Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis

(Cajamar, Campo Limpo Paulista, Jundiá, Louveira, Várzea Paulista e Vinhedo)
CNPJ: 54.689.302/00001-48

Art. 38 O Conselho Consultivo instância deliberativa, é constituída pelos Chefes do Poder Executivo dos 06 (seis) entes Consorciados originários, sendo que os respectivos suplentes serão, obrigatoriamente, seus substitutos legais, nos termos das respectivas Leis Orgânicas.

§ 1º Os vice-prefeitos poderão participar de todas as reuniões do Conselho Consultivo como ouvintes.

§ 2º O voto é único para cada um dos Consorciados, votando os suplentes apenas na ausência do respectivo titular.

§ 3º O voto será público, aberto e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a ente consorciado

CAPÍTULO X - DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 39 A Secretaria Executiva, sob chefia do Gestor Executivo, é composta pelos seguintes órgãos:

- I. Departamento Executivo;
- II. Departamento Administrativo;
- III. Departamento Operacional Técnico;
- IV. Departamento Financeiro;
- V. Departamento Jurídico;
- VI. Departamento de Programas e Projetos;
- VII. Controladoria Geral.

§ 1º Os cargos de chefia dos Departamentos, serão preenchidos nos moldes do art. 30, VI, item 2, desse Estatuto.

§ 2º Os demais cargos dos Departamentos deverão ser preenchidos por concurso público, ressalvado o disposto no art. 103, parágrafo único.

§ 3º O Gestor Executivo deverá ter, necessariamente formação em Engenharia Sanitária, e ser eleito nos moldes do art. 30, VI, item 1.

Seção I - DAS COMPETÊNCIAS - DO GESTOR EXECUTIVO

Art. 40 - Ao Gestor Executivo, além do previsto no Contrato de Consórcio Público e nos dispositivos no deste Estatuto compete:

- I. Implementar e gerir as diretrizes políticas e plano de trabalho definido e aprovado pelo Conselho Consultivo e referendado pela Assembleia Geral, praticando, enquanto nesta fase de transição, todos os atos, a serem validados por Resolução pelo Presidente do Conselho Consultivo e procedidas pelo Gestor Executivo por Portarias, que não tenham sido atribuídos expressamente por este no Estatuto. Os referidos atos em providências contínuas, deverão posteriormente submeter-se constar no Estatuto a ser revisado.
- II. Auxiliar o Presidente do CIAS em suas funções, cumprindo as suas determinações, bem como mantendo-o informado, prestando-lhe contas da situação administrativa e financeira do CIAS, bem como representar, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo autorizar compras diretas, homologar licitações e firmar contratos, com exceção de resultado da modalidade concorrência, firmar convênios, bem como constituir procuradores “*ad negotia*” e “*ad juditia*”, podendo esta competência ser



CIAS - Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis

(Cajamar, Campo Limpo Paulista, Jundiá, Louveira, Várzea Paulista e Vinhedo)
CNPJ: 54.689.302/0001-48

delegada parcial ou totalmente supervisor jurídico e/ou assessor executivo, neste último, com exceção com relação a representação ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente.

- III. Movimentar em conjunto com o Assessor Executivo e/ou Supervisor Financeiro as contas bancárias do CIAS;
- IV. Exercer a gestão patrimonial;
- V. Praticar atos relativos aos recursos humanos, cumprindo e responsabilizando-se pelo cumprimento dos preceitos da legislação trabalhista;
- VI. Coordenar o trabalho junto aos supervisores de departamentos;
- VII. Instaurar sindicâncias e processos disciplinares, em conjunto com o supervisor jurídico;
- VIII. Constituir a Comissão de Licitações do CIAS;
- IX. Nomear, dentro dos quadros efetivos, o responsável pelo Controle Interno;
- X. Autorizar a instauração de procedimentos licitatórios na modalidade concorrência, desde que delegado pelo Presidente do Conselho Consultivo/CIAS, observando o limite dos valores autorizados pela Assembleia Geral;
- XI. Homologar e adjudicar objeto de modalidades de licitação, inclusive na modalidade "Concorrência" que devidamente for delegada pelo Presidente do Conselho Consultivo/CIAS, observando os limites dos valores autorizados pela Assembleia Geral para esta modalidade;
- XII. Autorizar a instauração de procedimentos para contratação por dispensa ou Inexigibilidade de licitação;
- XIII. Secretariar a Assembleia Geral, lavrando a competente ata, podendo delegar essa função ao assessor executivo ou a um de seus supervisores;
- XIV. Poderá exercer, por delegação, atribuições de competência restritas do Presidente do Conselho Consultivo/CIAS;
- XV. Coordenar e orientar os trabalhos dos Departamentos componentes da Secretaria Executiva;
- XVI. Responder técnica, sanitária, civil e ambientalmente, pela execução dos serviços de disposição de resíduos em Aterro Sanitário, bem como monitoramento do Passivo Ambiental, conforme normas aprovadas pelos órgãos governamentais pertinentes.
- XVII. Indicar os cargos de chefia dos Departamentos da Secretaria Executiva, para aprovação em Assembleia Geral.

§ 1º O exercício delegado ao Gestor Executivo, de atribuições restritas ao Presidente do Conselho Consultivo/CIAS dependerá de ato escrito e publicado no sítio que o CIAS manterá na internet.

§ 2º O Gestor Executivo exercerá suas funções em regime de dedicação integral.

Seção II - Das competências - do Assessor Executivo, dos Supervisores dos Departamentos Administrativo, Operacional Técnico, Financeiro, Programas-Projetos e Jurídico.

Art. 41 – Ao Assessor Executivo compete:

- I. Assessorar o Gestor Executivo, podendo inclusive, responder por delegação, com exceção dos incisos II e XVI do artigo 40;
- II. Assessorar, junto ao supervisor financeiro, pelas diretrizes das atividades contábil-financeiras do CIAS;
- III. Assessorar junto ao supervisor financeiro, a prestação de contas dos auxílios e subvenções concedidos e/ou recebidos pelo CIAS;
- IV. Assessorar, junto ao supervisor financeiro, pelas diretrizes do balanço patrimonial/fiscal do CIAS;
- V. Providenciar a publicação do balanço anual do CIAS na imprensa oficial;
- VI. Movimentar, mediante delegação, as contas bancárias, em conjunto com o Gestor Executivo;

Av. da Liberdade, s/n – Paço Municipal de Jundiá – 6º Andar – Bloco Sul – Jundiá/SP - CEP: 13214-900
Tel.: (11) 4589-8540 – CNPJ: 54.689.302/0001-48

e-mail: as_cias@terra.com.br



CIAS - Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis

(Cajamar, Campo Limpo Paulista, Jundiaí, Louveira, Várzea Paulista e Vinhedo)
CNPJ: 54.689.302/00001-48

- VII. Acompanhar pela execução das compras e de fornecimentos, dentro dos limites do orçamento aprovado pelo Conselho Consultivo;
- VIII. Autenticar, por delegação, livros de atas e de registros próprios do CIAS;
- IX. Ordenar despesas, por delegação, em conjunto com o Gestor Executivo;
- X. Acompanhar o fluxo de caixa, através dos boletins diários de caixa e de bancos;
- XI. Acompanhar contas de projetos, convênios, contratos e congêneres, em conjunto com o Gestor Executivo.

Art. 42 – Ao Supervisor Administrativo compete:

- I Proceder à elaboração mensal, de acordo com o respectivo Contrato de Consórcio Público, dos demonstrativos de Receita/Despesa a serem encaminhados às Prefeituras dos municípios consorciados.
- II Responsabilizar-se pelas execuções de compras diretas e cotações junto às empresas fornecedoras.
- III Controlar a abertura de Processos Administrativos, bem como acompanhar processos licitatórios.
- IV Providenciar o adiantamento mensal para pequenas despesas, juntamente com o Supervisor Executivo e/ou Supervisor Financeiro, com controle de abertura, saídas, reposição residual e fechamento.
- V Zelar pelo patrimônio, procedendo ao controle, baixas, e à elaboração do inventário.
- VI Controlar, uso, despesas e manutenção, da frota de veículos do CIAS.
- VII Supervisionar os trabalhos de secretaria em geral, bem como atendimento a fiscalização do Tribunal de Contas.
- VIII Organizar a documentação em geral.
- IX Responder, junto aos assessores, pelo Setor de Almoxarifado da Administração.
- X Assessorar o Gestor Executivo quanto a agendamentos de reuniões, visitas técnicas, palestras etc.
- XI Responder devidamente designado, na falta ou impedimento do Assessor Executivo e/ou Supervisor Financeiro, inclusive quanto à movimentação de contas bancárias e recursos do CIAS;
- XII Responder pela execução das atividades de seu Departamento.

Art.43 - Ao Supervisor Operacional Técnico, compete:

- I Responder pela execução das atividades de seu Departamento
- II Coordenar e acompanhar os Projetos em execução, gerindo pessoas e estratégias que convertam em resultados e mantenha o bom funcionamento;
- III Controlar as despesas que determinado projeto exige;
- IV Examinar para que os problemas sejam resolvidos o mais rápido possível;
- V Elaborar e implementar melhorias para garantir a otimização dos projetos;
- VI Cumprir e executar as táticas definidas;
- VII Promover a qualidade dos serviços e o alcance de resultados;
- VIII Minimizar as ameaças identificadas em determinado projeto;

Av. da Liberdade, s/n – Paço Municipal de Jundiaí – 6º Andar – Bloco Sul – Jundiaí/SP - CEP: 13214-900
Tel.: (11) 4589-8540 – CNPJ: 54.689.302/0001-48

e-mail: as_cias@terra.com.br



CIAS - Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis

(Cajamar, Campo Limpo Paulista, Jundiá, Louveira, Várzea Paulista e Vinhedo)
CNPJ: 54.689.302/00001-48

- IX Monitorar, estimular e promover a alta performance das equipes que coordena;
- X Capacidade analítica para avaliar os riscos de determinada decisão e Competência para gerir pessoas;
- XI Compete, ainda, dar prosseguimento nas finalidades previstas no art. 5º, I, “e”, dentre as quais:
 - a) monitoramento Ambiental do maciço Aterro Sanitário compreendendo e interpretando análise de águas superficiais / subterrâneas e Chorume, Marcos Topográficos, Medição de gases, Piezômetros e Trincas com tomada de decisão para eventual necessidade de Intervenções emergenciais;
 - b) retirada, recirculação e redes de recalque de chorume, abertura de drenos, manutenção geral da área, controle das equipes e equipamentos em seu comando;
 - c) controlar (através de Ordem de Serviço “OS”) e Fiscalizar as empreiteiras na execução e no cumprimento de objetos dos contratos e serviços correlatos;
 - d) acompanhar os fiscais dos órgãos de controle ambiental (CETESB, Polícia Ambiente, DAEE etc.) registrando e informando seu superior imediato;
 - e) assessorar visitas de autoridades (Municipais, Estaduais, Federais e representantes Comunitários) previamente autorizadas pela direção.

Art. 44 - Ao Supervisor Financeiro, compete:

- I Responder pela execução das atividades de seu departamento;
- II Responder pelas diretrizes das atividades contábil-financeiras do CIAS;
- III Elaborar a prestação de contas dos auxílios e subvenções concedidos e/ou recebidos pelo CIAS;
- IV Responder pelas diretrizes do balanço patrimonial/fiscal do CIAS;
- V Providenciar, em conjunto com Assessor Executivo, a publicação do balanço anual do CIAS na imprensa oficial;
- VI Movimentar, mediante delegação, as contas bancárias, em conjunto com o Gestor Executivo;
- VII Responder pela execução das compras e de fornecimentos, dentro dos limites do orçamento aprovado pelo Conselho Consultivo;
- VIII Autenticar livros de atas e de registros próprios do CIAS;
- IX Elaborar, em conjunto com o Assessor Executivo a peça orçamentária anual e plurianual;
- X Programar e efetuar a execução do orçamento anual
- XI Ordenar despesas, em conjunto com o Gestor Executivo;
- XII Controlar o fluxo de caixa, elaborando boletins diários de caixa e de bancos;
- XIII Prestar contas de projetos, convênios, contratos e congêneres, em conjunto com o Gestor Executivo.

Art. 45 - Ao Supervisor de Programas e Projetos, compete:

- I Responder pela execução das atividades de seu departamento;



CIAS - Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis

(Cajamar, Campo Limpo Paulista, Jundiaí, Louveira, Várzea Paulista e Vinhedo)
CNPJ: 54.689.302/00001-48

- II Elaborar e analisar projetos sob a ótica da viabilidade econômica, financeira e dos impactos, a fim de subsidiar o processo decisório;
- III Acompanhar e avaliar projetos;
- IV Avaliar a execução e os resultados alcançados pelos programas implementados;
- V Elaborar relatórios de acompanhamento dos projetos/convênios para as instâncias superiores;
- VI Estruturar, em banco de dados, todas as informações relevantes para análise e execução dos projetos em execução;
- VII Levantar informações do cenário econômico e financeiro externo.

Art. 46 - Ao Supervisor Jurídico, compete:

- I Responder pela execução das atividades de seu departamento;
- II Exercer toda a atividade jurídica, consultiva e contenciosa do CIAS, inclusive representando-o judicial e extrajudicialmente, em todas as causas propostas em face da instituição ou pela própria;
- III Exarar parecer jurídico em geral, inclusive alegações, recursos, perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e perante o Tribunal de Contas da União;
- IV Aprovar edital de licitação.

CAPÍTULO XI - DO CONSELHO FISCAL

Seção I - Da eleição e posse dos membros do Conselho Fiscal

Art. 47 – O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização constituído por até seis (6) membros dentre quantos sejam dos municípios participantes do CIAS, devendo cada município consorciado indicar por ofício, ao Presidente do Conselho Consultivo, seus representantes.

Parágrafo único - o Conselho Fiscal, será eleito pela Assembleia Geral, até a primeira quinzena de abril, definindo seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário e demais Membros, em escrutínio público, nominal aberto, para o mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução e/ou a substituição, coletivamente ou individualmente, para igual período sucessivo ou complementar.

Seção II - Da competência do Conselho Fiscal

Art. 48 - Ao Conselho Fiscal, além do previsto nos dispositivos deste Protocolo de Intenções, compete:

- I Exercer o controle de gestão e de finalidade do CIAS;
- II Emitir parecer sobre a proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral, a serem submetidas, pelo Gestor Executivo, ao Conselho Consultivo, posteriormente a Assembleia Geral;
- III Acompanhar a fiscalização, sempre que considerar oportuno e conveniente, quaisquer operações econômicas ou financeiras do CIAS;
- IV Fiscalizar os balancetes contábeis, para posterior apreciação e aprovação pelos órgãos superiores do CIAS;
- V Emitir parecer sobre proposta e alteração do Regimento Interno e/ou do Estatuto;



CIAS - Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis

(Cajamar, Campo Limpo Paulista, Jundiaí, Louveira, Várzea Paulista e Vinhedo)
CNPJ: 54.689.302/0001-48

Parágrafo único - o Conselho Fiscal, por meio de seu Presidente e por decisão da maioria de seus integrantes, poderá convocar o Conselho Consultivo, para as devidas providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil nos atos de gestão financeira, patrimonial ou, ainda, inobservância estatutárias e/ou regimentais.

Art. 49 - Os componentes do Conselho Fiscal terão direito a uma diária pelo CIAS, a título de ajuda de custo, em atendimento às suas convocações, no exercício de suas responsabilidades assumidas durante todo o mandato, cujo valor definido e aprovado pelo Conselho Consultivo.

Art. 50 - As reuniões do Conselho Fiscal serão convocadas pelo Gestor Executivo.

Art. 51 - O Conselho Fiscal instalar-se-á com a presença de pelo menos 4 (quatro) de seus representantes.

Art. 52 - As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas mediante a maioria absoluta de seus votos.

Art. 53 - Cada representante do Conselho Fiscal terá direito a 1 (um) voto.

CAPÍTULO XII – DA CONTROLADORIA GERAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA AÇÕES SUSTENTÁVEIS - CIAS

Art. 54 Criada a Controladoria Geral do Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis, órgão da Administração Municipal Indireta, vinculado orçamentariamente à Secretaria Executiva.

Art. 55 - A Controladoria Geral do Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis tem como finalidade essencial promover o controle interno dos atos realizados pelo Consórcio, bem como assistir direta e imediatamente o Presidente do Consórcio e ao Gestor Executivo no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do CIAS, sejam atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, às atividades de ouvidoria, a promoção da ética no serviço público, o incremento da moralidade e da transparência, no âmbito da Administração Municipal.

Art. 56 - Compete à Controladoria Geral do CIAS

I Formular, propor, sugerir, acompanhar, coordenar e implementar ações governamentais voltadas:

a) à implantação de modelo para a supervisão técnica do Sistema de Controle Interno, compreendendo o plano de organização, métodos e procedimentos para proteção do patrimônio público, confiabilidade e tempestividade dos registros e informações, bem como a eficácia e eficiência operacionais;

b) ao combate à corrupção;

c) à correção e prevenção de falhas e omissões na prestação de serviços públicos;

d) à eliminação de desperdícios em todas as áreas da administração pública municipal.

II Determinar a instauração de apurações preliminares, inspeções e demais procedimentos disciplinares de preparação e investigação, sem prejuízo das competências previstas pelo Estatuto dos Servidores;

III Compartilhar informações, propor convênios, termos ou ajustes, bem como acompanhar procedimentos e processos administrativos de outros órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal, quer seja no âmbito do Legislativo, Executivo ou Judiciário;

IV Realizar inspeções e avocar procedimentos e processos em curso perante o CIAS, para exame de regularidade, determinando a adoção de providências, ou a correção de falhas;

Av. da Liberdade, s/n – Paço Municipal de Jundiaí – 6º Andar – Bloco Sul – Jundiaí/SP - CEP: 13214-900

Tel.: (11) 4589-8540 – CNPJ: 54.689.302/0001-48

e-mail: as_cias@terra.com.br



CIAS - Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis

(Cajamar, Campo Limpo Paulista, Jundiá, Louveira, Várzea Paulista e Vinhedo)
CNPJ: 54.689.302/0001-48

- V Requisitar procedimentos e processos administrativos já arquivados por autoridade do CIAS;
- VI Requisitar aos órgãos ou entidades da Administração Pública informações e documentos necessários ao regular desenvolvimento dos trabalhos da Controladoria Geral do CIAS;
- VII Requisitar informações ou documentos de quaisquer entidades privadas encarregadas da administração ou gestão de receitas públicas;
- VIII Requisitar, aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, os agentes públicos, materiais e infraestrutura necessários ao regular desempenho das atribuições da Controladoria Geral do CIAS;
- IX Propor medidas legislativas ou administrativas e sugerir ações necessárias para evitar a repetição de irregularidades constatadas;
- X Criar mecanismos, diretrizes e rotinas voltadas à regular aplicação da Lei de Acesso à Informação e ao aperfeiçoamento da transparência, os quais serão de observância obrigatória por todos;
- XI Regulamentar a atividade de Correição, de Auditoria Pública, de Controle Interno, e de outras matérias afetas à prevenção e ao combate à corrupção e à transparência da gestão, no âmbito da Administração Pública Municipal;
- XII Encaminhar ao Presidente e ao Gestor Executivo os casos que configurem, em tese, improbidade administrativa e todos aqueles que recomendem a indisponibilidade de bens, o ressarcimento ao erário e outras providências no âmbito da competência daquele órgão;
- XIII Exercer outras atribuições que lhe forem incumbidas pelo Presidente do Consórcio.

Art. 57 A Controladoria Geral do Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis – CIAS é composta:

- I Por um Controlador Geral, nomeado nos termos do art. 40, IX;
- II Por dois assistentes jurídicos, de provimento efetivo.

CAPÍTULO XIII – DAS DEMAIS COMPETÊNCIAS

SEÇÃO I – DO ÓRGÃO ADMINISTRATIVO

Art. 58 – Compete ao Advogado:

- I. Assessorar o CIAS em negociações, contrato e convênios;
- II. Desenvolver estudo e pesquisa na área jurídica;
- III. Examinar documentos destinados a instrução de processos, judicial ou administrativo;
- IV. Propor ações de interesse do CIAS, bem como a sua defesa em qualquer instância ou tribunal;
- V. Prestar assistência na área jurídica aos demais órgãos do CIAS;
- VI. Executar outras tarefas dentro da sua área de atuação.

Art. 59 – Competem aos Encarregados de Departamentos

- I. Desenvolverem rotinas de acordo com a classificação técnica de seu departamento;
- II. Acompanhar os objetos de programas e rateios em execução;

Av. da Liberdade, s/n – Paço Municipal de Jundiá – 6º Andar – Bloco Sul – Jundiá/SP - CEP: 13214-900

Tel.: (11) 4589-8540 – CNPJ: 54.689.302/0001-48

e-mail: as_cias@terra.com.br



CIAS - Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis

(Cajamar, Campo Limpo Paulista, Jundiaí, Louveira, Várzea Paulista e Vinhedo)
CNPJ: 54.689.302/00001-48

III. Dar suporte ao setor administrativo.

Art. 60 - Competem aos Assistentes Jurídicos:

- I. Assessorar o procurador em processos judiciais ou administrativos;
- II. Proceder a pesquisa junto aos Tribunais, ou quaisquer órgãos administrativos;
- III. Preparar relatório de processos e demais atividade da área;
- IV. Examinar processos contratuais e licitatórios em geral;
- V. Outras atividades, junto aos demais departamentos, dentro da sua área de atuação.

Art. 61 - Competem aos Assistentes Administrativos:

- I. Executar serviços administrativos, procedendo com a análise de documentos, digitalização e arquivamento;
- II. Participar de reuniões, e elaborar ata registrando as decisões;
- III. Redigir, receber e expedir correspondência e demais expedientes, direcionando-os aos demais setores competentes;
- IV. Auxiliar na gestão de contratos acompanhando com periodicidade necessária o serviço executado, bem como sinalizar a necessidade de aditamento ou prorrogação;
- V. Manter atualizado o banco de informações oficiais e garantir o cumprimento das orientações dos órgãos de controle;
- VI. Participar do planejamento, elaboração e acompanhamento dos projetos, programas e ações do CIAS;
- VII. Executar outras atividades associadas à sua área de atuação.

Art. 62 - Competem aos auxiliares Administrativos:

- I. Recebimento de documentos, correspondências e sua organização
- II. Organização e respectivo encaminhamento de atos, quando o caso, para divulgação no órgão de imprensa oficial do CIAS;
- III. Digitalização de documentos;
- IV. Elaboração e preenchimento de planilhas e relatórios;
- V. Agendamento de salas de reunião;
- VI. Auxílios para aos demais departamentos.

SEÇÃO II - DO ÓRGÃO OPERACIONAL

Art. 63 - Compete ao Engenheiro civil

- I. Elaborar projetos de engenharia civil;

Av. da Liberdade, s/n - Paço Municipal de Jundiaí - 6º Andar - Bloco Sul - Jundiaí/SP - CEP: 13214-900

Tel.: (11) 4589-8540 - CNPJ: 54.689.302/0001-48

e-mail: as_cias@terra.com.br



CIAS - Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis

(Cajamar, Campo Limpo Paulista, Jundiaí, Louveira, Várzea Paulista e Vinhedo)
CNPJ: 54.689.302/00001-48

- II. Gerenciar obras;
- III. Controlar a manutenção e qualidade do empreendimento;
- IV. Prestar consultoria, assistência, assessoria e elaborar pesquisas tecnológicas.

Art. 64 - Compete ao Eletricista:

- I. Planejar serviços elétricos;
- II. Realizar instalação de distribuição de alta e baixa tensão;
- III. Montar e reparar instalações elétricas e equipamentos auxiliares.

Art. 65 - Compete ao Pedreiro:

- I. Organizar e preparar o local de trabalho na obra;
- II. Construir fundações e estruturas de alvenaria;
- III. Aplicar revestimentos e contrapisos.

Art. 66 - Compete ao Serviços Gerais (Ajudante de obras civis):

- I. Demolir edificações de concreto, alvenaria e outras estruturas;
- II. Preparar canteiros de obras, limpando a área e compactando solos;
- III. Efetuar manutenção de primeiro nível, limpando máquinas e ferramentas, verificando condições dos equipamentos.

Art. 67 - Compete ao Apontador/Conferente:

- I. Apontar a produção e controlar a frequência de mão-de-obra;
- II. Conferir cargas e verificar documentação;
- III. Preencher relatórios, guias, boletins e recibos;
- IV. Controlar movimentação de carga e descarga na obra.

Art. 68 - Compete ao Vigia/Porteiro:

- I. Recepcionar e orientar visitantes;
- II. Zelar pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades;
- III. Controlar o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados;
- IV. Receber mercadorias, volumes diversos e correspondências;
- V. Fazer manutenção simples nos locais de trabalho.

CAPÍTULO XIV - DOS RECURSOS HUMANOS

Seção I - Do Pessoal/Da Remuneração

Art. 69 O quadro de pessoal do CIAS será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e será formada pelos empregos públicos no número, forma de provimento, requisitos de nomeação, remuneração previstos no Anexo I¹, que poderá ser alterado, na forma da Lei, de acordo com a instituição de novas finalidades.

¹ Anexo I - Quadro de Pessoal, constituído e que passa a fazer parte do Estatuto, do Contrato de Consórcio Público e do presente Regimento Interno.



CIAS - Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis

(Cajamar, Campo Limpo Paulista, Jundiaí, Louveira, Várzea Paulista e Vinhedo)
CNPJ: 54.689.302/0001-48

§ 1º Aos empregados públicos aplicam-se as vedações e exceções previstas na Constituição Federal quanto ao acúmulo de empregos e cargos públicos.

§ 2º Aos empregados do CIAS são assegurados os direitos trabalhistas garantidos pela Constituição Federal e pela Consolidação das Leis do Trabalho e ao Regime Geral de Previdência.

§ 3º O reajuste anual de salários será definido e aprovado pelo Conselho consultivo.

§ 4º Os empregados do CIAS não poderão ser cedidos.

§ 5º Os valores estipulados no Anexo I serão corrigidos pela inflação anualmente, por meio do índice IPCA, efetuados a partir da vigência do presente Regimento Interno e do Estatuto.

§ 6º Os empregados titulares dos cargos de Gestor executivo, Assessor executivo e Supervisor administrativo, por desempenharem funções especiais de confiança, técnica e/ou administrativa, terão mantidas a gratificação adicional de quarenta por cento do salário base. Em caso de exoneração do cargo em comissão o empregado se concursado voltará a função original passando a receber o salário base pelo qual foi contratado.

§ 7º Serão concedidos aos empregados auxílios pecuniários, ou sejam, vale transporte, vale alimentação, bem como, com a participação financeira destes, auxílio para o custeio de plano de saúde coletivo. Os auxílios pecuniários não se incorporam ao salário para nenhum efeito.

§ 8º Além do salário e das demais vantagens previstas no presente documento, serão pagas aos funcionários os seguintes adicionais estabelecida em lei:

- a) Décimo terceiro salário;
- b) Adicional de férias;
- c) Adicional noturno;
- d) Adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso.

Art. 70 - A dispensa dos empregados do CIAS dependerá de motivação prévia, respeitados a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo único. A dispensa do empregado por justa causa obedecerá ao disposto na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

Seção II - Da Cessão de Servidores pelos Entes Consorciados

Art. 71 - Os Consorciados poderão, quando necessário, disponibilizar servidores, na forma da legislação local, para compor Grupos de Trabalhos (GT) que atuam nos eixos específicos, onde em conjunto discutam e proponham ações que visem beneficiar os municípios partícipes.

§ 1º Os servidores disponibilizados permanecerão atrelados ao regime jurídico originário, havendo possibilidade da concessão, pelo CIAS, de gratificações aos servidores comprovadamente atuantes, nos termos e valores previamente definidos pelo Conselho Consultivo e ratificado pela Assembleia Geral.

§ 2º O pagamento de diárias não configurará o estabelecimento de vínculo laborativo distinto, tampouco serão computadas para fins trabalhistas ou previdenciários.



CIAS - Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis

(Cajamar, Campo Limpo Paulista, Jundiá, Louveira, Várzea Paulista e Vinhedo)
CNPJ: 54.689.302/00001-48

§ 3º Caso o ente consorciado assuma o ônus da disponibilização do servidor, poderá contabilizar tal despesa para fins compensatórios em relação aos compromissos assumidos no Contrato de Rateio.

Seção III - Da Contratação por Tempo Determinado para Atender Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público

Art. 72 - As contratações por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, somente poderão ocorrer, mediante justificativa prévia e expressa por parte do Gestor Executivo e da aprovação de tal medida, pela maioria dos membros do Conselho Consultivo.

Art. 73 - Consideram-se necessidades temporárias de excepcional interesse público, com relação as finalidades do CIAS, as seguintes hipóteses, dentre outras:

- I O atendimento a situações de calamidade pública que acarretem risco de qualquer espécie a pessoas ou a bens públicos ou particulares;
- II O atendimento a situações emergenciais; e
- III A realização de censo socioeconômico, de pesquisa cadastral ou de qualquer outra forma de levantamento de dados de cunho estatístico junto à população do Município, bem como campanhas específicas com relação às finalidades do CIAS, de interesse público.

Art. 74 O recrutamento do pessoal a ser contratado nas hipóteses previstas no art. 69, ressaltando a hipótese exposta no parágrafo único do art. 103, dar-se-á mediante processo seletivo público simplificado, cujos critérios de seleção e requisitos da função serão estabelecidos em edital, com ampla divulgação em jornal de grande circulação, previamente autorizado pela Assembleia Geral.

Art. 75 As contratações temporárias para atender necessidade de excepcional interesse público ficam restritas àquelas situações em que, em razão da natureza da atividade ou evento, não se justifica manter o profissional no quadro do CIAS, podendo ter a duração máxima de 1 (um) ano, admitindo-se a prorrogação, uma única vez, por período não superior a 1 (um) ano.

Art. 76 Na hipótese de, no curso do prazo contratual, cessar o interesse do CIAS no prosseguimento do contrato sem que o contratado tenha dado causa para isso ou se o contratado solicitar o seu desligamento, sem justa causa, antes do termo final do contrato, aplicar-se-á o disposto nos arts. 479 e 480 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 77 Nas contratações por tempo determinado a remuneração será correspondente à média aritmética da remuneração paga às atribuições similares em cada um dos entes consorciados.

Art. 78 Não havendo atribuições similares, os salários serão fixados com base em pesquisa de mercado e mediante aprovação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO XV - DO PLANEJAMENTO/DOS PROCEDIMENTOS

Seção I - Disposições Gerais

Art. 79 A elaboração e a revisão dos planos e regulamentos de serviços públicos que venham a ser prestados pelo CIAS obedecerão às diretrizes estabelecidas no Contrato de Programa afeto ao seu objeto.

Seção II - Das Audiências e Consultas Públicas

Art. 80 Os procedimentos das audiências públicas e das consultas públicas para a divulgação e o debate das propostas de plano ou de regulamento serão estabelecidos por resolução da Assembleia Geral.

Av. da Liberdade, s/n – Paço Municipal de Jundiá – 6º Andar – Bloco Sul – Jundiá/SP - CEP: 13214-900

Tel.: (11) 4589-8540 – CNPJ: 54.689.302/0001-48

e-mail: as_cias@terra.com.br



CIAS - Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis

(Cajamar, Campo Limpo Paulista, Jundiá, Louveira, Várzea Paulista e Vinhedo)
CNPJ: 54.689.302/0001-48

CAPÍTULO XVI - DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Seção I – Disposições Iniciais

Art. 81 O CIAS executará as suas receitas e despesas em conformidade com as normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas, especialmente a Lei Federal 4.320/1964 (orçamento Público) e 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 82 O CIAS não possui fundo social.

Art. 83 A Assembleia Geral, por maioria absoluta, aprovará o orçamento e os planos plurianuais, em única convocação.

Art. 84 Os Chefes dos Executivos consorciados aprovarão, por decretos municipais, o orçamento do CIAS, já aprovado em Assembleia Geral.

Parágrafo único. O orçamento poderá ser plenamente executado com a publicação dos decretos dos executivos municipais da maioria absoluta dos Consorciados.

Art. 85 O orçamento do CIAS vincular-se-á ao orçamento dos Consorciados, pela inclusão:

I. Como receita, salvo disposição legal em contrário, de saldo positivo previsto entre os totais das receitas e despesas; e

II. Como subvenção econômica, na receita do orçamento do beneficiário, salvo disposição legal em contrário, do saldo negativo previsto entre os totais das receitas e despesas.

Art. 86 O orçamento e balanço do CIAS serão publicados na Imprensa Oficial do Município de Jundiá e divulgados no site oficial do consórcio, como complemento dos orçamentos e balanços dos Consorciados.

Seção II – Do Orçamento

Art. 87 A elaboração da proposta de orçamento do CIAS, pelo Gestor Administrativo, em conjunto com o Gestor Financeiro, será estabelecida por resolução do Conselho Consultivo ratificada pela Assembleia Geral.

Art. 88 Aprovado o orçamento, será ele publicado no sítio que o CIAS manterá na *internet*.

Seção III – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 89 – Constituem Receita (s) do CIAS:

- I. Repasse mensal dos entes consorciados dos custos administrativo do CIAS, dos serviços de Monitoramento do Passivo Ambiental do Aterro de Várzea Paulista, enquanto integrante em consórcio público celebrado com o CIAS, e municípios integrantes, por força do TAC Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta, com o Ministério Público e Promotoria de Justiça de Várzea Paulista, com anuência da CETESB, órgão Estadual de Fiscalização, previstos nos Contratos Programas e de Rateio de despesas administrativas do consórcio,
- II. Repasse mensal dos entes consorciados participantes no (s) Contrato (s) de Programa (s) específico (s);
- III. Auxílios, subvenções ou contribuições concedidas por entidades públicas;
- IV. Recursos financeiros oriundos de convênios e projetos de cooperação bilateral e multilateral;
- V. As rendas, inclusive as resultantes de depósitos bancários e de aplicações de capitais;
- VI. Os saldos do exercício.



CIAS - Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis

(Cajamar, Campo Limpo Paulista, Jundiaí, Louveira, Várzea Paulista e Vinhedo)
CNPJ: 54.689.302/00001-48

Seção IV – DAS DESPESAS CORRENTES, DO RATEIO

Art. 90 – Considerar-se-ão os seguintes elementos para a apropriação dos custos para distribuição proporcional aos consorciados, com base nos Contratos de Programa e do Contrato de Rateio:

- I. Despesas Correntes:
 - a) Pessoal e Encargos;
 - b) Outras Despesas Correntes.
- II. Despesas de Capital:
 - a) Investimentos

CAPÍTULO XVII - DA GESTÃO PATRIMONIAL

Art. 91 Têm direito ao uso compartilhado de bens apenas os entes Consorciados.

§ 1º O direito ao uso compartilhado poderá ser cedido mediante instrumento escrito.

§ 2º Poderão ser fixadas, pela Assembleia Geral, normas para o uso compartilhado de bens e cessão de bens, por meio de resolução, dispondo em especial sobre a manutenção, seguros, riscos, bem como despesas e fixação de tarifas, se cabíveis.

CAPÍTULO XVIII - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 92 A alteração do Contrato de Consórcio Público dependerá de Instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os Consorciados.

Art. 93 A alteração do Contrato de Consórcio Público obedecerá ao seguinte procedimento:

I Apreciação da proposta de alteração do Contrato de Consórcio Público por assessores técnicos constituído pelos titulares de assuntos jurídicos ou seus representantes, de cada um dos entes consorciados;

II Aprovação da proposta de alteração do Contrato de Consórcio Público pela Assembleia Geral;

III À Diretoria Jurídica do CIAS caberá a elaboração da minuta de lei específica para alteração do Contrato de Consórcio Público, com mensagem e anteprojeto, para encaminhamento aos executivos dos entes consorciados;

IV Aprovada a lei para alteração do Contrato de Consórcio Público, em cada um dos municípios consorciados, a mesma deverá ser publicada nos mesmos moldes da lei ratificadora do Protocolo de Intenções;

I O Contrato de Consórcio Público, com suas alterações, deverá ser publicado no sítio que o CIAS manterá na internet; e,

II Para alteração do Contrato de Consórcio Público será necessária a presença e o voto da maioria absoluta dos membros da Assembleia Geral, em única convocação.

CAPÍTULO XIX - DA EXTINÇÃO DO CIAS

Art. 94 Em caso de extinção do CIAS, será observado que:



CIAS - Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis

(Cajamar, Campo Limpo Paulista, Jundiaí, Louveira, Várzea Paulista e Vinhedo)
CNPJ: 54.689.302/00001-48

I. Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços; e,

II. Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os Consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantindo o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

CAPÍTULO XX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 95 O CIAS sujeitar-se-á ao princípio da publicidade e divulgação em seu site oficial, publicando todas as decisões que digam respeito a terceiros e as de natureza orçamentária, financeira ou contratual, inclusive as que concernem à admissão de pessoal, utilizando-se especialmente do *site* na *internet* mantido pelo Consórcio para esta finalidade.

Art. 96 Serão publicados e divulgados em site oficial do CIAS na forma disposta no art. 86 , dos termos dos contratos de gestão, dos termos de parceria celebrados e do contrato de rateio anual.

Parágrafo único. As publicações acima referidas poderão ser resumidas, desde que indiquem o local e sítio da *internet* em que possam ser obtidas as versões integrais dos referidos documentos.

Art. 97 Com a transformação do regime jurídico, ressalvado o disposto no art. 29, VI, deste documento, o quadro de pessoal do CIAS, neste primeiro momento, não sofrerá alterações quanto aos cargos e funções já existentes.

Art. 98 O CIAS, através da sua Secretaria Executiva, poderá propor a criação de novos cargos para seu quadro pessoal dentro das necessidades de crescimento, devendo submeter proposta para o Conselho Consultivo para as devidas aprovações.

Art. 99 Os salários dos novos cargos do CIAS serão definidos na forma disposta no Capítulo XIV – DOS RECURSOS HUMANOS, art. 69 e Incisos, aprovados pela Assembleia Geral, após realização de estudo de impacto financeiro.

CAPÍTULO XXI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 100 Serão utilizadas, de forma subsidiária e complementar, a Lei Federal nº 11.107/2005 e suas eventuais alterações, bem como o Decreto Federal nº 6.017/2007 que a regulamenta e suas eventuais alterações, para as situações e ocorrências não previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto.

§ 1º A interpretação do disposto no Estatuto deverá ser compatível com o exposto na lei de regência e com os seguintes princípios:

I Respeito à autonomia dos Entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do Consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

II Solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio

III Eletividade de todos os órgãos dirigentes do Consórcio;

IV Transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do Consórcio;

Av. da Liberdade, s/n – Paço Municipal de Jundiaí – 6º Andar – Bloco Sul – Jundiaí/SP - CEP: 13214-900

Tel.: (11) 4589-8540 – CNPJ: 54.689.302/0001-48

e-mail: as_cias@terra.com.br



CIAS - Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis

(Cajamar, Campo Limpo Paulista, Jundiaí, Louveira, Várzea Paulista e Vinhedo)
CNPJ: 54.689.302/00001-48

V Eficiência, o que exigirá que todas as decisões do Consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade;

VI Respeito aos demais princípios da administração pública, de modo que todos os atos executados pelo CIAS sejam coerentes, principalmente com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade;

§ 2º O exercício fiscal coincidirá com o ano civil para efeitos de atendimento às normas de contabilização do Consórcio;

§ 3º Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Prefeitos, observando-se os princípios da legislação aplicável aos Consórcios públicos e à Administração Pública em geral.

CAPÍTULO XXII - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 101 Os bens e recursos, quer ativos, quer passivos do Consórcio Intermunicipal para Aterro Sanitário ficam, automaticamente, revertidos integralmente ao acervo patrimonial do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA AÇÕES SUSTENTÁVEIS – CIAS, que oportunamente providenciará as alterações contratuais, cadastrais e imobiliárias necessárias.

§ 1º. Os municípios associados ao antes Consórcio Intermunicipal para Aterro Sanitário que se encontram em débito com a contribuição relativa aos serviços de manutenção e monitoramento do Passivo Ambiental ao tempo da aprovação deste Protocolo de Intenções poderão parcelar seus débitos junto ao CIAS, mediante deliberação da Assembleia Geral, por maioria simples dos votos. Sendo impedido de votar, o consorciado deliberado.

§ 2º. Os encargos pactuados, financeiros, ações, gestão técnica sanitária e outros, oriundos do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC celebrado com o Ministério Público Estadual, continuarão a ser cumpridos pelo CIAS, mesmo após sua conversão para Consórcio Público de Direito Público, com validade fundamentada no art. 5º, inciso I, letra “h”.

Art. 102 As novas áreas de atuação potencialmente aprovadas em Assembleia Geral, descrita no artigo 4º, serão implantadas na medida das disponibilidades financeiras do CIAS, a partir do ano fiscal de sua aprovação, devendo os partícipes suplementarem, se necessário, as dotações orçamentárias existentes a fim de arcar com estas despesas.

Art. 103 O preenchimento de vaga dos cargos do CIAS far-se-á através de prova de seleção dos candidatos interessados, excetuado os casos previstos no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único - Até a posse dos aprovados nos concursos públicos de que trata o “caput” deste artigo, fica garantida a permanência dos empregados, gestão técnica sanitária e outros, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho na forma disposta no art. 69, em seus respectivos cargos contratados pelo Consórcio Intermunicipal para Aterro Sanitário, tornando, para mesmas ou semelhantes funções exercidas anteriormente, quando o caso.

Art. 104 O presente REGIMENTO INTERNO e suas respectivas alterações passarão a vigor após a sua publicação, por extrato na imprensa oficial e no site oficial do CIAS ou no veículo de imprensa que vier a ser adotado como tal, sendo que a gestão do CIAS como Consórcio Público de Direito Público, com vigência a partir do início do exercício fiscal 2024 conforme disposto no § único do art. 3º;

Parágrafo único. A publicação acima referida poderá ser resumida, desde que indique o local e sítio da internet em que possa ser obtida a versão integral dos referidos documentos.



CIAS - Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis

(Cajamar, Campo Limpo Paulista, Jundiaí, Louveira, Várzea Paulista e Vinhedo)
CNPJ: 54.689.302/00001-48

Art. 105 Para dirimir eventuais controvérsias deste REGIMENTO INTERNO, fica eleito o foro da Comarca de Jundiaí/SP, com a renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa parecer.

E, por estarem todos os partícipes do presente Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis – CIAS de pleno e comum acordo, firmam o presente REGIMENTO INTERNO dando início das atividades sob o novo regime jurídico.


LUIZ ANTONIO BRAZ
Prefeito do Município de Campo Limpo Paulista


LUIZ FERNANDO ARANTES MACHADO
Prefeito do Município de Jundiaí


DARIO PACHECO DE MORAIS
Prefeito do Município de Vinhedo


DANILO BARBOSA MACHADO
Prefeito do Município de Cajamar


ESTANISLAU STECK
Prefeito do Município de Louveira


RODOLFO WILSON RODRIGUES BRAGA
Prefeito do Município de Várzea Paulista


Dr. CÉLIO OKUMURA FERNANDES
Advogado, OAB/SP nº 182.588
(art. 1º, § 2º, Lei 8.906, de 4.7.1994)

Jundiaí, 26 de março de 2024.



CIAS - Consórcio Intermunicipal para Ações Sustentáveis

(Cajamar, Campo Limpo Paulista, Jundiaí, Louveira, Várzea Paulista e Vinhedo)
CNPJ: 54.689.302/00001-48

ANEXO I QUADRO DE PESSOAL CIAS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA AÇÕES SUSTENTÁVEIS

Órgãos	Quantitativo	Cargos *	Provimento	Salários
Secretaria Executiva	1	Gestor Executivo	CC	19.898,57
	1	Assessor Executivo	CC	13.882,00
	1	Supervisor Administrativo	CC	9.716,93
	1	Supervisor Operacional Técnico	CC	9.716,93
	1	Supervisor Financeiro	CC	9.716,93
	1	Supervisor Jurídico	CC	9.716,93
	1	Supervisor Programas e Projetos	CC	9.716,93
	1	Controlador Geral	CC (nomeado do quadro efetivo)	9.716,93
Administração	2	Advogado	Concurso	9.181,76
	5	Encarregado Departamento	Concurso	6.641,91
	2	Assistente Jurídico	Concurso	5.439,02
	5	Assistente Administrativo	Concurso	5.439,02
	5	Auxiliar Administrativo	Concurso	2.271,50
Operacional	1	Engenheiro	Concurso	6.641,91
	1	Eletricista	Concurso	4.151,31
	5	Pedreiro	Concurso	2.598,24
	10	Serviços Gerais	Concurso	2.271,50
	8	Apontador/Conferente	Concurso	2.271,50
	18	Vigia/Porteiro	Concurso	2.271,50

Nota: Capítulo XIV - Recursos Humanos – Seção I – do Pessoal (art. 69).

Jundiaí, 26 de março de 2023